



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 435ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e quinze, às dez horas, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), realizou-se a quadringentésima trigésima quinta Assembleia Geral Ordinária da entidade, presidida pelo prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da AMMVI agradeceu a presença de todos e convidou o segundo vice-presidente da Associação e prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, para compor a mesa de trabalhos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Colegiado de Cultura; 3 - Gestão Municipal; 4 - Movimento econômico; 5 - Apresentação Sebrae; 6 - Agendas institucionais; 7 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente progrediu para o segundo item em pauta, momento em que convidou o coordenador-geral do Colegiado de Gestores Municipais de Cultura da AMMVI (CGMC) e diretor de Cultura da prefeitura de Gaspar, senhor José Gabriel Corrêa, e o diretor de Cultura da prefeitura de Ascurra, senhor Marcos Alexandre de Liz, pra fazerem uso da palavra. Neste momento, a senhorita Michele fez uma introdução do Colegiado informando que tal apresentação é necessária para que os prefeitos conheçam as ações e os resultados alcançados pelo CGMC desde sua instituição, em dois mil e nove. Após, os gestores acima citados explanaram sobre a constituição do Colegiado que, desde o ano de fundação até dois mil e catorze, foram promovidas cinquenta e cinco reuniões, com a presença de seiscentas e quinze pessoas, cujos encontros foram itinerantes e serviram para diagnosticar a realidade regional no âmbito da cultura. Em seguida, a senhorita Michele apresentou os investimentos aplicados pelos municípios no Colegiado, conforme segue: em dois mil e nove e dois mil e dez não houve investimento de recursos financeiros e o público atingido foi de cento e noventa e oito pessoas e cinquenta e uma pessoas, respectivamente. Em dois mil e dez, havia uma receita prevista de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais) e foi repassado pelos catorze municípios ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi) R\$ 128.772,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e setenta e dois reais), do qual foi realizado R\$ 19.274,06 (dezenove mil, duzentos e setenta e quatro reais e seis centavos) e público atingido de catorze mil e quatrocentos e quarenta e cinco pessoas. Em dois mil e doze, foi prevista a receita de R\$ 256.980,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta reais), porém houve o investimento de R\$ 68.652,00 (sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), investimento realizado de R\$ 117.365,57 (cento e dezessete mil, trezentos e sessenta e cinco reais, cinquenta e sete centavos) pelo Cimvi e R\$ 740,30 (setecentos e quarenta reais e trinta centavos) pela AMMVI, público atingido de dezenove mil e duzentos e cinquenta e seis pessoas. Em dois mil e treze, foi previsto o valor de R\$ 137.868,00 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais), porém realizada a receita de R\$ 71.692,00 (setenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais), sendo investido nas ações pelo Cimvi o valor de R\$ 83.735,29 (oitenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos) e pela AMMVI R\$ 3.207,74 (três mil, duzentos e sete reais e setenta e quatro centavos), atingindo vinte e três mil e setecentos e vinte e nove pessoas. Já em dois mil e catorze, a receita prevista de R\$ 251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais) foi reduzida para R\$ 45.090,00 (quarenta e cinco mil e noventa

44 reais) e investimento realizado em R\$ 111.253,14 (cento e onze mil, duzentos, cinquenta e três reais e
45 catorze centavos) pelo Cimvi e R\$ 2.509,13 (dois mil, quinhentos e nove reais e treze centavos) pela
46 AMMVI, com público atingido de dez mil e seiscentos e sessenta e uma pessoas. A senhorita Michele
47 explicou que todo ano é enviado ao Cimvi o plano de trabalho e o orçamento do próximo exercício para
48 aprovação da Assembleia de Prefeitos. Diante desse cenário, os gestores explicaram que em todos os anos
49 houve redução das ações planejadas em função da diminuição do repasse realizado pelos municípios, mas
50 que, mesmo com valores menores, os resultados alcançados foram promissores e causaram uma melhoria
51 do cenário cultural na região. Os gestores apresentaram ainda as ações realizadas desde a instituição do
52 Colegiado, que são: dois mil e nove - uma reunião e 1ª Conferência Intermunicipal de Cultura,
53 envolvendo cento e noventa e oito pessoas; dois mil e dez – nove reuniões, agrupando cinquenta e uma
54 pessoas; dois mil e onze – oito reuniões, Intercâmbio Cultural, 1º Seminário de Cultura do Médio Vale do
55 Itajaí e participação no I Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, atingindo catorze mil e
56 quatrocentos e quarenta e cinco pessoas; dois mil e doze – onze reuniões, Circuito Vale em Cena, 2º
57 Seminário de Cultura do Médio Vale do Itajaí, participação no II Fórum Catarinense de Gestores
58 Municipais de Cultura, Curso de Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Culturais, atingindo
59 dezoito mil e duzentos e cinquenta e seis pessoas; dois mil e treze – quinze reuniões, Circuito Cultural
60 do Médio Vale do Itajaí, 3º Seminário de Cultura do Médio Vale do Itajaí, participação no III Fórum
61 Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, 3ª Conferência Intermunicipal de Cultura, capacitação
62 sobre Elaboração do Plano Municipal de Cultura, atingindo vinte e três mil e setecentos e vinte e nove
63 pessoas; dois mil e catorze – onze reuniões, Coro em Foco: encontro de coros do Médio Vale do Itajaí,
64 participação no IV Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, Espetáculo de Natal “A Boa
65 Nova”, Oficina de Patchwork, Oficina de Planejamento Estratégico de Projetos Culturais, Oficina de
66 Criatividade para o Desenvolvimento do Turismo Cultural, Capacitação Visões da Cultura para a Gestão,
67 Workshop de Gestão de Políticas Culturais, Inventário de Bens Culturais, Encontro sobre Formação do
68 Fundo Municipal de Cultura, Exposição Internacional Itinerante The Noppeney Project, atingindo dez mil
69 e seiscentos e sessenta e uma pessoas. O senhor José Gabriel Corrêa salientou que o Colegiado de Cultura
70 da AMMVI é o único do país a ter o modelo de inventário de bens culturais disponível em plataforma
71 web e da atual dimensão, somando seiscentos e sessenta e quatro bens e três roteiros turísticos e culturais
72 - Arte & Charme; Obras da Fé; Coleções da História. O inventário constitui em um levantamento dos
73 equipamentos culturais e do patrimônio cultural material e imaterial dos catorze municípios,
74 desenvolvimento de um banco de dados, formação de roteiros regionais e elaboração de mapa cultural.
75 Além disso, o Colegiado de Cultura foi apresentado como *case* de sucesso nos fóruns estaduais
76 (Fraiburgo, Piratuba e São Francisco), é o primeiro de Santa Catarina e da AMMVI a instituir Regimento
77 Interno e possui um representante no Conselho Gestor do Conselho Estadual de Gestores Municipais de
78 Cultura (Congesc) desde dois mil e nove. Dentre os destaques, o coordenador-geral ressaltou ainda que o
79 CGMC foi o primeiro Colegiado de Cultura do Estado a realizar a Conferência Intermunicipal de Cultura
80 em 2013, o único que cumpriu o prazo estabelecido pelo Ministério da Cultura (MinC) e o que atingiu o
81 maior número de participantes do Estado, como também teve delegados eleitos para a Conferência
82 Nacional de Cultura. Em dois mil e treze, o Colegiado obteve o avanço em que treze municípios
83 assinaram o Acordo de Cooperação Federativa, que é um ato bilateral formalizado entre Governo Federal,
84 Estados e Municípios - visando ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura. O senhor Marcos
85 Alexandre de Liz frisou também que as ações do Colegiado refletem diretamente na população atendida e
86 nas cidades, influenciando na qualidade de vida, saúde, educação, economia e turismo. As iniciativas do



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 Colegiado geram ainda profissionalização, visibilidade, capacitação, geração de renda e desenvolvimento
88 cultural. Já aos gestores municipais de Cultura as ações provocam capacitação, aperfeiçoamento cultural,
89 conhecimento dos produtos culturais da região, troca de experiências e capacidade de avaliação de
90 produtos culturais. Findando a explanação, os gestores frisaram que de dois mil e onze a dois mil e
91 catorze, o investimento feito ao Colegiado de Cultura foi de R\$ 0,10 (dez centavos) por artista/mês e R\$
92 0,01 (um centavo) habitante/mês. Para dois mil e quinze, os gestores, em nome do Colegiado, solicitaram
93 aos prefeitos o investimento de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), ou seja, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
94 por Município, a ser aplicado na contratação de auto natalino para os catorze municípios e promoção de
95 três oficinas para capacitação dos gestores e técnicos da Cultura nos segmentos canto, coral e dança. Este
96 plano de trabalho é restrito, uma vez que se tinha planejado cinco projetos no total de R\$ 188.000,00
97 (cento e oitenta e oito mil reais), que foram aprovados em dois mil e catorze e vetados neste ano. O
98 diretor de Cultura de Ascurra falou ainda de outros benefícios possíveis por meio do Colegiado como, por
99 exemplo, a troca de apresentações e espetáculos culturais entre os municípios sem ônus, a
100 profissionalização dos grupos e artistas locais e a formação de plateia que vem acontecendo
101 gradativamente nos municípios. Os gestores agradeceram a oportunidade e se colocaram à disposição
102 para questionamentos. Encerrada a apresentação, o vice-prefeito de Ascurra, senhor Aires Rogério
103 Dalfovo, deu seu depoimento sobre o Projeto Despertar, que foi criado há sete anos no município e os
104 resultados estão sendo gratificantes, pois trouxe crescimento na área cultural à população com aulas
105 gratuitas em vários segmentos da Cultura. O prefeito de Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann,
106 disse que os prefeitos estão atentos à aplicação prática dos valores para que os resultados sejam mais
107 visíveis. O vice-prefeito de Rio dos Cedros, senhor Marildo Domingos Felippi, disse que os prefeitos
108 devem tocar todas as áreas de uma administração municipal juntas e integradas e, por isso, a Cultura
109 também é importante e deve ser contemplada. Ele falou ainda da importância da manutenção das
110 tradições e o fortalecimento da identidade cultural. Em resposta às perguntas, a diretora executiva da
111 Fundação Indaialense de Cultura, senhora Siegrid Wanser Ribeiro, disse que, muitas vezes os gestores
112 pecam em não apresentar os resultados, mas que eles aparecem no dia a dia e um exemplo disso
113 aconteceu na elaboração do Plano Municipal de Cultura, exigência do MinC, em que o Colegiado
114 apresentou a normativa em assembleia geral ordinária e os membros do Colegiado se ajudaram
115 mutuamente para a produção do documento, evitando a contratação de empresas para a confecção do
116 Plano. Segundo ela, esta ação já gerou economia aos municípios, pois a contratação de um Plano custa no
117 mínimo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Segundo ela, outro retorno que impacta diretamente nas finanças é
118 a troca de apresentações culturais e espetáculos, como também a circulação de artistas locais pelas
119 cidades da região com o pagamento de cachê por meio do projeto Intercâmbio Cultural, pois a renda é
120 investida na região. A senhorita Michele explicou aos prefeitos que o pedido do Colegiado feita nesta
121 assembleia é para o repasse de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no corrente ano, para que algumas ações
122 ainda possam ser executadas e a Cultura na região ainda possa contar com iniciativas do Colegiado e não
123 se perca os avanços já conquistados. O coordenador-geral do CGMC ressaltou que o planejamento das
124 ações é feito no ano anterior, mas, diante da impossibilidade do repasse do orçamento previsto, busca-se
125 adequações e os projetos são adaptados conforme o repasse financeiro efetivamente feito pelos
126 Municípios. Como encaminhamento, o prefeito de Apiúna, senhor Nicanor Morro, pediu que a solicitação
127 fosse colocada em votação, cuja aprovação foi feita por unanimidade dos prefeitos. Este item será
128 colocado na ata da assembleia geral ordinária do Cimvi e providenciado os trâmites para repasse dos
129 recursos. Findada a apresentação, prosseguiu-se para o assunto gestão municipal, que foi conduzido pelo



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, que falou primeiramente sobre a queda das
131 receitas municipais nos últimos meses e o baixo crescimento de outros repasses. Segundo ele, o Fundo de
132 Participação dos Municípios (FPM) cresceu 4,1% de janeiro a maio deste ano se comparado com o
133 mesmo período do ano passado; o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu
134 5,6% e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 6%. O secretário executivo
135 explicou que o problema está no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que nos
136 últimos doze meses o crescimento foi de 8,17% e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de
137 8,34%. Isso significa que a despesa dos municípios cresceu acima da inflação e do valor real de repasse
138 dos recursos, pois as demandas e as despesas com gastos de pessoal aumentaram e a receita não cresceu
139 na mesma proporção, o que interfere diretamente no índice da folha de pagamento dos municípios. Neste
140 item, os municípios enviam relatórios ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) a
141 cada quatro meses (municípios com população superior a 50 mil habitantes) e seis meses (municípios com
142 população inferior a 50 mil habitantes) e tem estes períodos para fazer a recuperação e sair do limite
143 prudencial. Este limite causa algumas ações emergenciais às administrações municipais como, por
144 exemplo, eliminação de vantagens concedidas a servidores, eliminação de despesas com horas extras,
145 exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão, demissão de servidores admitidos em caráter
146 temporário. Diante desse cenário e da perspectiva de enfrentamento de dificuldades financeiras, o
147 secretário executivo da AMMVI falou também da preocupação com gastos em publicidade, uma vez que
148 esta questão apresenta interpretações distintas pelo Judiciário e causou afastamento do cargo de prefeito
149 da região. O senhor Corrêa ressaltou que a última leitura dos Tribunais considera a média de gastos com
150 publicidade no primeiro semestre, embora a lei federal traga a média dos três últimos anos ou do último
151 ano de exercício, considerando o menor valor. O secretário executivo alertou que isso é válido também
152 aos prefeitos que não serão candidatos à reeleição, pois um gasto maior em ano eleitoral pode sinalizar
153 benefício à candidatura do sucessor. Reforçando esta orientação, o assessor jurídico da AMMVI, senhor
154 Luiz Claudio Kades, disse que era aplicado o valor em publicidade geralmente no primeiro semestre do
155 ano eleitoral, uma vez que a partir de julho este item estava suspenso. No entanto, com as novas decisões
156 do Judiciário, este juntou na interpretação a proporcionalidade, logo, não se pode investir em seis meses
157 os recursos que eram gastos em um ano. Em função disso, orienta-se por manter a metade da média dos
158 gastos com publicidade dos últimos três anos ou do último exercício. Para o senhor Kades, a interpretação
159 cai também sobre o abuso do poder político que está embutido nestes gastos, pois a lei busca inibir
160 condutas que possam desequilibrar o pleito eleitoral. Além disso, o senhor Corrêa explicou sobre a
161 legislação da transferência de recursos para entidades sem fins lucrativos por meio de subvenção, auxílio
162 e contribuição em ano eleitoral, alertando que o mesmo só pode acontecer quando o repasse já ocorre em
163 anos anteriores e sem o aumento de valor. Neste caso, tem-se ainda a Lei nº 13.019/2014, que estabelece
164 o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros,
165 entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Esta legislação entra em vigor no mês
166 de julho e fortalece ainda mais os sistemas de controle. Em função disso, a recomendação da AMMVI aos
167 municípios que têm convênios a vencer até final de julho é que, caso queiram permanecer com o repasse
168 de recursos, façam a prorrogação do convênio, a fim de facilitar e agilizar os trâmites. Sobre a Lei de
169 Acesso à Informação (LAI), o senhor Corrêa falou da boa colocação de Apiúna no ranking nacional
170 conforme pesquisa da Controladoria Geral da União (CGU), e de algumas questões pontuais que estão
171 sendo resolvidas em Botuverá. Além disso, pediu atenção dos prefeitos para que o Controle Interno das
172 prefeituras seja efetivo, o que pode exigir algumas mudanças estruturais e administrativas. Outro ponto a



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 observar é a utilização e a fiscalização do portal da transparência para o próximo ano, pois a errônea
174 alimentação das informações pode gerar desconfortos em período eleitoral e interpretações distorcidas. O
175 assessor jurídico da AMMVI lembrou que o acesso do portal da transparência pode acontecer tanto por
176 lideranças partidárias quanto pela população e, conforme legislação em vigor, qualquer cidadão pode
177 solicitar informações e as administrações municipais devem estar preparadas. Neste caso, o Controle
178 Interno pode auxiliar, uma vez que também exerce controle sobre os atos públicos do que será exigido em
179 órgãos externos de fiscalização. O senhor Kades advertiu ainda que todas as informações devem ser
180 públicas e, quando solicitadas, disponibilizadas e esclarecidas. Dando continuidade, passou-se para o
181 quarto item da ordem do dia, explanada pelo assessor econômico da Associação, senhor Célio Francisco
182 Simão. Na ocasião, ele falou sobre o Colegiado de Secretários Municipais de Fazenda da AMMVI, que
183 avalizou a designação de fiscais para participar de cursos promovidos pela entidade, o que pode contribuir
184 para aumentar a receita própria dos municípios, uma vez que nos aperfeiçoamentos será tratado sobre
185 operações de leasing, Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto de Transmissão de
186 Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI). Outro assunto também em voga no Colegiado é a liberação dos alvarás
187 das empresas, em que o Corpo de Bombeiros Militar está normatizando e padronizando as diretrizes, o
188 que pode agilizar a liberação dos documentos. Outro ponto também a ser destacado se refere à
189 preocupação para aumentar a receita dos municípios e, para isso, foi assinado em dois mil e treze um
190 convênio entre a AMMVI e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), como também adesão ao Programa
191 Com Nota Fiscal Vai Legal, que visa à conferência documental de mercadorias em trânsito e está sendo
192 executado por outras Associações de Municípios com o apoio da SEF e operacionalizado através dos
193 fiscais municipais de tributos sob a supervisão dos técnicos das Associações. Os fiscais são identificados
194 com colete padrão e realizam a abordagem e a fiscalização orientativa dos veículos de transporte de
195 mercadorias, na qual os motoristas recebem cartilha educativa sobre a importância da nota fiscal para o
196 correto retorno dos impostos aos municípios. O programa conta ainda com o apoio da Polícia Militar de
197 Santa Catarina e da Polícia Rodoviária Federal. Em função do bom andamento do programa e dos
198 resultados promissores, as Associações de Municípios estão buscando junto à SEF a estadualização do
199 programa e o efetivo envolvimento do Estado. O prefeito Morro sugeriu que todas as fiscalizações sejam
200 feitas com o acompanhamento da SEF para que a notificação ocorra no ato, uma vez que os técnicos
201 municipais estão habilitados somente para o trabalho educativo. Segundo o senhor Simão, é necessário
202 colocar a proposta para aprovação, uma vez que o treinamento teórico e prático dos fiscais será em agosto
203 e a AMMVI precisa formar a turma. O presidente da Associação encaminhou a inserção da Associação no
204 Programa Com Nota Fiscal Vai Legal para votação da Assembleia Geral de Prefeitos, a qual aprovou por
205 unanimidade. Em seguida, O coordenador regional para o Vale do Itajaí do Sebrae, senhor Donizete
206 Borger, usou a palavra para agradecer a oportunidade e explicar que veio à assembleia para conhecer e se
207 apresentar aos prefeitos, colocando-se à disposição para futuras parcerias e iniciativas conjuntas com os
208 municípios, assim como capacitações voltadas aos micro e pequenos empreendedores que contribuem
209 com o desenvolvimento de uma região. No sexto assunto em pauta, o secretário executivo da AMMVI
210 apresentou as agendas institucionais realizadas no mês de maio, uma delas em Brasília, em que estiveram
211 os prefeitos de Botuverá, Gaspar e Rodeio e os secretários municipais de Saúde de Blumenau e Indaial,
212 além do secretário executivo da Associação. Na ocasião, teve-se reuniões no Ministério da Saúde para
213 tratar do Projeto Saúde Pública de Excelência; no Ministério das Cidades, para buscar novamente parceria
214 para a usina de biogás e algumas questões pontuais; e no gabinete de alguns deputados federais. O
215 presidente citou ainda da reunião com o presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra),

216 avisando que a prioridade do órgão é a conservação e recuperação das rodovias já existentes e não a
217 pavimentação asfáltica de novos trechos. O senhor Corrêa informou que no mês de maio ainda a AMMVI
218 teve uma reunião com a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal de Blumenau para tratar
219 dos restos a pagar e a situação dos convênios de alguns municípios. Na oportunidade, participaram
220 também os prefeitos da Diretoria Executiva da AMMVI e orientações foram enviadas aos prefeitos via
221 correio eletrônico. No dia dezoito de maio aconteceu também o primeiro encontro do Ciclo de Palestras
222 Estratégicas de Santa Catarina, realizada no auditório da AMMVI, em que estiveram presentes lideranças
223 políticas e empresariais e os prefeitos de Botuverá, Doutor Pedrinho e Indaial. Na ocasião, as palestras
224 foram sobre segurança pública e desenvolvimento regional. Os próximos encontros serão em junho e o
225 último deve contar com a palestra do governador Raimundo Colombo. Outra agenda feita foi com o
226 presidente da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) para pedir apoio ao projeto da
227 usina de biogás. A AMMVI vai buscar ainda uma agenda no mês de junho com o secretário de Estado da
228 Segurança Pública (SSP), César Augusto Grubba. O senhor Corrêa destacou também os eventos
229 realizados na AMMVI, como o fórum de mobilidade urbana e o workshop sobre o desenvolvimento de
230 taxas e tarifas na área de resíduos. O secretário executivo teceu seus agradecimentos e parabenizou os
231 prefeitos pela constante participação nas agendas e aproveitou para avisar que nos meses de maio e junho
232 novos encontros estão previstos: XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, de vinte e cinco a
233 vinte e oito de maio, na capital federal; reunião com Grubba, data a confirmar, em Florianópolis; Ciclo de
234 Palestras Estratégicas, nos dias dois e nove de junho, na AMMVI; reunião com o secretário de Estado da
235 Saúde (SES), João Paulo Kleinübing, dia dois de junho, às dezessete horas e trinta minutos, na AMMVI;
236 audiência com o governador Raimundo Colombo, data a definir, em Florianópolis; reunião com a reitora
237 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), data e local a definir; reunião com o superintendente
238 regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Santa Catarina, data a
239 definir, em Florianópolis. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a
240 assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que,
241 depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário
242 executivo da AMMVI.



Paulo Roberto Weiss
Presidente da AMMVI
Prefeito de Rodeio



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da AMMVI



Michele Prada
Assessora de Comunicação Social da AMMVI